



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 30/2017

Período: 26/08/2017 – 01/09/2017

GEDES – UNESP

- 1- Periódicos discutiram a atuação da Marinha na fiscalização de embarcações
- 2- Cerimônia marcou o encerramento da Minustah
- 3- Forças Armadas atuarão em missão da ONU na África
- 4- Colunista destacou papel do Brasil nas negociações entre as Farc e o governo colombiano
- 5- Comandante da Minustah afirmou que o Haiti melhorou desde o início das operações
- 6- Editorial criticou tempo de permanência de tropas brasileiras em Missão no Haiti
- 7- Haiti teme aumento da violência após saída de tropas brasileiras
- 8- Porta-voz do Estado Maior afirmou que “clima de guerra” no Rio de Janeiro é “exagero midiático”
- 9- Ministério da Defesa não informou a quantidade de munição utilizada em operação de paz
- 10- Ministério da Defesa e Prefeitura se reuniram para discutir área verde em aeroporto
- 11- Periódicos destacaram orçamento com as Forças Armadas durante mandatos de Dilma e Temer
- 12- Jornal apontou aliciamento de militares do Exército para o crime organizado

1- Periódicos discutiram a atuação da Marinha na fiscalização de embarcações
De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Marinha do Brasil, em resposta aos recentes naufrágios ocorridos no país, ressaltou que não há uma recorrência de falhas na fiscalização de embarcações, e que os acidentes no estado do Pará e de Salvador “são fatos isolados, visto que existem milhares de embarcações inscritas, de várias toneladas, navegando em águas interiores, e praticamente não se tem informação de acidentes graves como esses que ocorreram nos últimos dias”. Em resposta às críticas feitas à corporação, o comandante da Marinha, almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, afirmou que seria impossível fiscalizar todas as embarcações existentes no país. O *Correio* destacou a influência do contingenciamento orçamentário nas Forças Armadas, como um dos fatores que pode afetar os programas estratégicos de segurança e a fiscalização de embarcações. Segundo o periódico, as embarcações sob responsabilidade da Marinha são “ultrapassadas”, com 35 anos de média. Em contrapartida, a

Marinha negou o impacto do contingenciamento na fiscalização e afirmou que “envida os máximos esforços para realizar ações de fiscalização do tráfego aquaviário”, destacando que o Tribunal Marítimo é o responsável pela apreciação do resultado das investigações administrativas referentes aos acidentes. O *Correio* afirmou que as ações da Marinha são insuficientes para evitar esses acidentes, pois a Legislação não é rigorosa quanto à obtenção da licença para a condução de embarcações e que “não faltam razões para uma revisão da legislação a fim de garantir mais segurança aos que têm barcos e lanchas como principal meio de deslocamento”. (*Correio Braziliense – Brasil – 26/08/17; Correio Braziliense – Opinião – 26/08/17; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/08/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 27/08/17*)

2- Cerimônia marcou o encerramento da Minustah

De acordo com os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, no dia 31/08/17 a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), sob comando do Brasil, foi simbolicamente encerrada em cerimônia na capital do Haiti, Porto Príncipe, na qual também foram homenageados os 24 militares mortos no país. Estavam presentes na cerimônia o ministro da Defesa brasileiro, Raul Jungmann, e os senadores Fernando Collor de Melo e Bruna Furlan. A Polícia Nacional do Haiti ficará responsável pelo país após o encerramento da Missão. Segundo *O Estado*, a participação do Brasil na missão, vista à época como mostra da capacidade de envolvimento brasileiro em temas internacionais de grande importância, contribuiu para a expectativa de inclusão do país no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).. O periódico destacou ainda que as Forças Armadas brasileiras atuaram em várias ações sociais e de engenharia durante a missão, além de ações de segurança e estabilização. Durante o período da atuação brasileira, um total de 37.008 militares foram enviados ao Haiti, tendo sido investido um total de 2,5 bilhões de reais , com cerca de 930 milhões reembolsados pela ONU. Entre os dias 10/09/17 e 17/09/17, os militares e os equipamentos que se encontram no Haiti devem retornar ao Brasil e, no dia 15/10/17, a base utilizada pelo Brasil deve retornar à ONU. Segundo a *Folha*, a Minustah foi avaliada pelos haitianos como útil porém violenta no que diz respeito ao uso excessivo da força. A *Folha* relatou que os cenários das regiões de Bel Air e Cité Soleil não se encontram muito diferentes do que foi observado em 2005: o lixo continua sem destinação correta e o comércio informal ainda é predominante nessas áreas. Apesar da defesa da importância da missão para a estabilização do país, alguns haitianos lembraram dos casos de abuso de soldados brasileiros aos civis locais, estimados em 110 casos. – apesar de não ter havido, desde 2004, nenhuma acusação formal de abuso sexual. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 27/08/17; O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/08/17; Folha de S. Paulo – Mundo – 01/09/17*)

3- Forças Armadas atuarão em missão da ONU na África

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a próxima missão da Organização das Nações Unidas (ONU) na qual as Forças Armadas do Brasil atuarão será, provavelmente, em um país africano, sendo a República Centro-Africana o mais provável dos oito destinos possíveis – todos eles marcados por lutas civis. Segundo o periódico, a missão será perigosa, com alta probabilidade de combate. O comando do Exército já considera para o segundo semestre de

2018 o envio de 700 a 800 militares com provável destino à Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA). O objetivo da ONU na missão é auxiliar o governo do presidente Faustin Touadéra e a população a restabelecer a segurança interna no país. Segundo o Ministério da Defesa, as outras duas “fortes opções” seriam o Sudão do Sul e o Mali que, entretanto, não tiveram grande aceitação devido a questões de logística e alto risco. A missão deve contar com três tipos de blindados e veículos de transporte geral – mesmo modelo adotado no Haiti – incorporando elementos de Operações Psicológicas e equipes das Forças Especiais, além da atuação da Força Aérea Brasileira (FAB) em áreas de conflito. Segundo o coronel do Paquistão e chefe da equipe, Humayn Chohan, é “bastante possível o emprego de meios aéreos do Brasil na África”. Segundo *O Estado*, “dois A-29 Super Tucano de ataque leve, dois helicópteros multiúso H60L Black Hawk e um cargueiro C105 Amazonas” foram examinados e selecionados por avaliadores para atuar na missão, podendo ser utilizado por vários grupos pacificadores. Um veterano do Haiti e oficial do corpo de fuzileiros da Marinha afirmou que o choque armado “só aconteceria em defesa própria, reagindo a uma agressão, ou na garantia dos objetivos do mandato”. Segundo a embaixadora e diretora do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty, Maria Luiza Escorel, a atuação brasileira em operações da ONU “reflete os princípios fundamentais da Constituição Federal, como a defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias”, além de demonstrar “concretamente sua disposição e a capacidade de assumir maiores responsabilidades em relação à paz e a segurança internacionais”. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/08/17*)

4- Colunista destacou papel do Brasil nas negociações entre as Farc e o governo colombiano

Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o colunista Lourival Sant’anna comentou o papel do Brasil nos acordos firmados entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo colombiano. Segundo o colunista, a compra de 25 aviões de combate Super Tucanos da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) em 2005 foi “decisiva para as Forças Armadas colombianas romperem o equilíbrio de forças com a guerrilha”. Sant’anna afirmou que o enfraquecimento das Farc permitiu que as negociações avançassem, visto que o poder militar do grupo armado já não apresentava resistência frente ao poderio do Estado colombiano. Por fim, foram citados na coluna a Marinha e o Exército que participaram de operações para a retirada de minas. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/08/17*)

5- Comandante da Minustah afirmou que o Haiti melhorou desde o início das operações

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o general Ajax Porto Pinheiro, comandante militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), declarou que a chegada da Organização das Nações Unidas (ONU) possibilitou mais estabilidade política ao país. Segundo a *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, o general afirmou que chegou o momento do país “perder a tutela da ONU” e que “se a ONU fosse esperar que o Haiti estivesse 100% preparado, talvez tivéssemos que ficar aqui por mais duas décadas”. O general afirmou ainda que para resolver completamente as dificuldades do país, seria necessário

"um Plano Marshall no Haiti" – relembrando o programa dos Estados Unidos da América para a reconstrução dos países no pós-II Guerra Mundial. Contudo, de acordo com os periódicos, o general apontou avanços como o treinamento de 15 mil homens da Polícia Nacional Haitiana, que dispõe agora de serviço de inteligência. Segundo os jornais, o general destacou os fatores que reforçam a imprevisibilidade do futuro haitiano, sendo eles o grande número de grupos políticos que regularmente entram em choque, a possibilidade de desastres naturais de grande escala, a persistência da miséria e o ressurgimento de gangues desmanteladas pela Minustah. De acordo com *O Estado*, para o general o Haiti está melhor do que antes da chegada da Minustah, em 2004,. Segundo a *Folha*, a Minustah será substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (Minujusth), com 1,2 mil policiais e civis, continuando o treinamento das forças policiais e apoiando o sistema judiciário do país. De acordo com a *Folha*, quando questionado sobre a epidemia de cólera trazida ao Haiti por soldados da ONU, que matou cerca de 9 mil haitianos desde 2010, o comandante da Minustah declarou que a ONU reconheceu que a atuação não teve a eficácia necessária. (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/08/17; O Estado de S. Paulo – Internacional – 30/08/17)

6- Editorial criticou tempo de permanência de tropas brasileiras em Missão no Haiti

O editorial da *Folha de S. Paulo* relembrou a atuação das tropas militares brasileiras na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah), incluindo os períodos de eleições presidenciais e as catástrofes naturais que assolaram o país: o terremoto no ano de 2010 e o furacão *Matthew*, em 2016. O editorial criticou a longa permanência das forças no país caribenho e afirmou que, à época de seu início, a operação colaborava com a ambição de uma maior projeção internacional do Brasil.. De acordo com a *Folha*, a utilização de militares auxiliou no treinamento destes para as missões de pacificação em áreas urbanas, como no Rio de Janeiro. O editorial destacou que, segundo os dados oficiais mais recentes, o Brasil teria gasto R\$2,6 bilhões, tendo sido reembolsados R\$900 milhões. (Folha de S. Paulo – Opinião – 01/09/17).

7- Haiti teme aumento da violência após saída de tropas brasileiras

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontaram para o crescimento do número de homicídios no Haiti entre março e junho de 2017, reforçando os temores do aumento da criminalidade após o fim da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah). Segundo o jornal, no dia 07/04/17 7 de abril ocorreu um ataque contra um comboio presidencial que não resultou em vítimas, mas que está sob investigação da Polícia Nacional. De acordo com *O Estado*, o secretário geral da ONU, Antônio Guterres, declarou que "o incidente alimentou percepções de aumento da insegurança". O periódico afirmou que militares brasileiros sustentam que o Haiti precisa de segurança pública, superando a necessidade de militares. Para o tradutor haitiano Joseph Miguel Lessage, que trabalha na missão de paz, "a presença da Minustah vinha impedindo bandidos de atuar. Agora acho que a situação vai se complicar de novo. O povo não gosta da Polícia Nacional. É uma bomba-relógio." De acordo com *O Estado*, a ONU considera a segurança interna do país como "frágil". (O Estado de S. Paulo – Internacional – 30/08/17)

8- Porta-voz do Estado Maior afirmou que “clima de guerra” no Rio de Janeiro é “exagero midiático”

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o coronel da reserva e porta-voz do Estado Maior da operação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, Roberto Itamar Cardoso Plump, disse em entrevista ao *Estado* que existe um “exagero midiático” na retratação da cidade. Segundo *O Estado*, o coronel da reserva fez um balanço da operação, que completou um mês no dia 28/08/17. De acordo com o coronel da reserva, não houve movimentação para o Rio de nenhum militar de outras regiões, sendo todos do contingente do estado, e que toda a cidade pode ser considerada “normal, exceto nas áreas dominadas pelo tráfico”. Declarou ainda que a principal característica da atual operação são suas “ações pontuais e com objetivos bem definidos, de forma a apoiar os órgãos de segurança pública estaduais”. De acordo com o jornal, Plump também declarou que os resultados não são imediatos e que a estratégia do Plano Nacional de Segurança Pública é de “atingir as organizações criminosas na sua infraestrutura de sustentação”, incluindo a financeira. Ao questionamento de que o uso de militares treinados para a guerra poderia potencializar a ocorrência de conflitos, respondeu que a destinação constitucional das Forças Armadas prevê o emprego destas na Garantia da Lei e da Ordem, e destacou que grande parte dos soldados empregados no Rio de Janeiro passou pelo Haiti e tem experiência anterior nesse tipo de operação. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/08/17*)

9- Ministério da Defesa não informou a quantidade de munição utilizada em operação de paz

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa não informou, quando solicitado pela *Folha*, a quantidade de munição utilizada na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah). Em resposta, o Exército informou que o Brasil pede periodicamente à Organização das Nações Unidas (ONU) reembolso da munição utilizada na missão. O Ministério forneceu o relatório parcial da quantia utilizada no ano de 2016 e sugeriu que a reportagem o tomasse como “exemplo base”. Segundo a *Folha*, naquele ano foram utilizados 69 cartuchos calibre 12, sete sprays de pimenta e duas granadas. Ao ser solicitado sobre a quantidade de mortos durante operações nas comunidades, o Ministério solicitou que os dados fossem perguntados à ONU, que afirmou não ter esta informação. Em contrapartida, o Ministério da Defesa informou que as baixas consistem em 24 militares mortos e 18 feridos, sendo 3 baleados. Nenhum militar foi morto durante confronto. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 01/09/17*).

10- Ministério da Defesa e Prefeitura de São Paulo se reuniram para discutir área verde em aeroporto

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa e a prefeitura da cidade de São Paulo iniciaram o plano de transformação de parte do aeroporto Campo de Marte em área verde para utilização da população. O terreno possui 2,1 milhões de m², sendo cerca de 1,13 milhão de m² administrado pela Aeronáutica, onde se localiza o Hospital da Aeronáutica e uma vila militar. Segundo a *Folha*, o Ministério, assim como a prefeitura, não informaram se a medida afetará os voos no local. (*Folha de S. Paulo – Estúdio*

Folha – 31/08/17)

11- Periódicos destacaram orçamento com as Forças Armadas durante mandatos de Dilma e Temer

De acordo o periódico *Correio Braziliense*, no ano de 2013 o governo da presidente da República Dilma Rousseff autorizou a compra de 3.401 caminhões para o Exército no valor total de R\$ 1,1 bilhão. A compra foi comemorada na época pelo comando do Exército, mas vista com ressalvas em decorrência dos gastos orçamentários. Segundo o *Correio*, no ano de 2016 terminou a garantia de manutenção da frota e, atualmente, a Força não possui mais recursos para fazê-lo. Em coluna opinativa no jornal *Folha de S. Paulo*, o deputado estadual e líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Carlos Zarattini, destacou o contingenciamento nas Forças Armadas em 40% no ano de 2017 e afirmou que o orçamento somente cobre as despesas militares até o mês de Setembro. Zaruttini destacou que o contingenciamento prejudica projetos estratégicos geridos pelos militares, como o controle de fronteiras. (*Correio Braziliense – Política – 01/09/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 01/09/17*).

12- Jornal apontou aliciamento de militares do Exército para o crime organizado

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, militares das Forças Armadas estão sendo recrutados por organizações criminosas devido ao seu conhecimento em combate em comunidades carentes e sua atuação no monitoramento de fronteiras. Segundo o *Correio*, o contingenciamento de 43% no ano de 2017 para as Forças Armadas juntamente com o caráter temporário desempenhado pela maioria dos militares auxilia no recrutamento destes pelo crime organizado, que oferece salários mais altos em contrapartida. Segundo o diretor da Associação Brasileira dos Profissionais de Segurança (ABSEG), Vinícius Domingues, “o crime tem dinheiro e não pensa duas vezes em investir na contratação de consultores que conhecem as forças de segurança. Tem gente que ingressa nas Forças Armadas já para aprender essas coisas. Por isso alguns cursos especiais foram modificados, para que certos tipos de conhecimento não sejam repassados aos temporários”. Atualmente, dos 220 mil militares nas Forças Armadas, 70% são temporários, sendo 140 mil nas patentes de soldado e cabo, com possibilidade de atingir até 1º tenente, já tendo acesso a fontes secretas de operações. De acordo com o ministro da Justiça, Torquato Jardim, “os principais alvos desse aliciamento são os militares temporários que têm que deixar o serviço após os oito anos. Estamos trabalhando para convencer o Congresso e as Forças Armadas para a necessidade de uma Força Nacional permanente, que absorva esses oficiais que são obrigados a deixar as forças de segurança após esse período”. Durante a operação de pacificação na cidade do Rio de Janeiro, houve o vazamento de informações por parte de militares. Em nota, o Exército informou que o militar “independentemente das atribuições que exercerá em uma situação de guerra, tem noções básicas de procedimentos em combate que devem ser comuns a todos os militares” e destacou que os soldados são ensinados em valores de honestidade, apego à verdade, disciplina e cumprimento das leis”. (*Correio Braziliense – Brasília – 01/09/17*).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); João Vitor Tossini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).